

## **Introdução**

Em primeiro lugar, queremos agradecer à PUC Minas por essa parceria com a Federação das APAES do Estado de Minas Gerais (FEAPAES-MG), que possibilita uma maior visibilidade ao XIII Congresso da Rede Mineira das APAES, cujo tema é “A Integralidade das Políticas Públicas na Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla”.

Essa parceria é muito importante, porque, unindo-nos a uma instituição de ensino respeitada, temos a oportunidade de alcançar um grande número de cidadãos que, embora não estejam lidando com o tema de forma constante, têm influência tanto na formulação de políticas, quanto na organização de serviços públicos. E isso é muito importante, porque a questão da habilitação e da reabilitação da pessoa com deficiência intelectual e múltipla deve ser incorporada, na forma estabelecida nas diretrizes da Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e da Lei Brasileira de Inclusão.

Este conceito de habilitação e reabilitação muda a visão antiga sobre essa questão, que era a visão médica. Até pouco tempo atrás, quando se falava de habilitação e reabilitação, vinha à mente das pessoas aquele paciente sendo atendido em uma clínica de fisioterapia ou de fonoaudiologia, recebendo exercícios para habilitar ou reabilitar a função perdida ou não existente, numa perspectiva voltada para as relações doença x saúde e doença x recuperação.

O conceito de habilitação e reabilitação, na perspectiva biopsicossocial, foi o tema escolhido para o nosso Congresso, justamente porque ele representa uma inovação, uma mudança, um avanço, uma evolução. Ele introduz a concepção de que temos que dar condição para as pessoas com deficiência intelectual e múltipla superarem as dificuldades que lhe são impostas, frequentemente, pelo ambiente em que vivem, por barreiras que existem no seu cotidiano. Visa ao desenvolvimento de potencialidades amplas, não centradas na incapacidade, mas principalmente em possibilidades, habilidades e talentos existentes, que têm que ser despertados, por meio de um programa integrado de ações na área da saúde, do trabalho, da assistência social e da educação, com foco no ambiente em que essas pessoas vivem.

Temos que pensar essa habilitação e reabilitação como um processo, que possibilita a participação ativa da pessoa com deficiência intelectual e

múltipla, de forma que ela possa influenciar o seu meio (contexto familiar, social, escolar, do trabalho), responsabilizando as demais pessoas da sua convivência a apoiá-la, para transpor essas barreiras.

Diante disso, o conceito de habilitação e reabilitação é extremamente complexo, porque envolve toda a sociedade, tornando-a facilitadora da participação plena e efetiva da pessoa com deficiência intelectual e múltipla.

Devido às suas características, essa pessoa representa um desafio para a sociedade, pois exige mais tempo para se interagir com ela e compreender o que ela deseja expressar. E é quem está ao seu lado, às vezes, que precisa traduzir com mais clareza, para os demais, o pensamento da pessoa com deficiência intelectual e múltipla e fazê-lo respeitando a leitura que ela tem de mundo, evitando querer moldá-la ao pensamento prevalente, achando que esse parâmetro é o correto e que a pessoa com deficiência tem que se enquadrar aos padrões de um pensamento linear, que a sociedade construiu ao longo do tempo.

Esse desafio nos remete a pensar a própria função social dessa pessoa com deficiência intelectual e múltipla. Sua função, na sociedade, não é a de alinhar seu pensamento ao nosso. É de trazer a contribuição de seu próprio pensamento, sua própria leitura de mundo. Isso exigirá da sociedade romper a visão de que este pensamento é menor, pois, ao contrário, ele pode ser um pensamento impactante e, inclusive, desafiar o nosso pensamento linear, intelectualizado, instrumentalizado e “politicamente correto”. O conceito biopsicossocial da deficiência intelectual e múltipla muda, portanto, radicalmente, as relações sociais hoje prevalentes.

Esta publicação representa uma oportunidade de conhecimento, sob o olhar de vários especialistas, do como isso pode ser realizado. E não podemos esquecer que, para poder interagir com a pessoa com deficiência intelectual e múltipla e facilitar a criação dessas oportunidades, temos que entender como essa pessoa funciona. Essa é ainda uma lacuna muito grande, porque poucos estudos buscam compreender como se dá o pensamento da pessoa com deficiência intelectual e, por consequência, a razão de seus comportamentos.

Acreditamos que estamos ofertando, a todos aqueles interessados no tema, uma publicação com contribuições de profissionais com experiências acadêmicas e empíricas que consideramos de alto nível e que apontam

caminhos para romper barreiras para a participação da pessoa com deficiência intelectual e múltipla na sociedade atual.

***Eduardo Barbosa***

Médico Pediatra Especializado em Saúde Pública

Presidente da Federação das APAES/MG

Presidente de Honra do III Fórum Mineiro de Autogestão, Auto defesa e Família

e XIII Congresso da Rede Mineira das APAES